

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS
C.N.P.J. 00.535.681/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhado dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.539	101.437	Fornecedores	10	63.673	58.010
Contas a receber de clientes	5	77.163	82.981	Empréstimos e Debêntures	22	189.559	81.797
Contas a receber de partes relacionadas	5	-	199	Impostos a pagar	11	24.031	70.780
Estoques		5.302	5.383	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar	12	8.284	8.538
Impostos a recuperar	7	50.155	48.782	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	17.244	24.332
Créditos nas oper. de venda e aq. de gás	6.1	49.083	12.835	Passivo de arrendamentos	21.2	2.370	2.601
Ativo regulatório	24	3.353	14.537	Contas a pagar de partes relacionadas	15	267	-
Despesas antecipadas		392	549	Outros passivos		6.181	3.624
Outros ativos		10.648	1.037			311.609	249.682
		232.635	267.740	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e Debêntures	22	128.906	202.405
Despesas antecipadas		-	-	Débitos nas operações comerciais de gás	6.2	643	-
Depósitos judiciais		1.123	61	Benefícios a empregados	16	8.666	8.608
Contas a receber de clientes	5	68	13	Provisão para contingências	13	16.754	16.431
Intangível	9.2	682.211	694.859	Passivo de arrendamentos	21.2	10.554	8.972
Ativo de contrato	9.2	72.496	44.039	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	15.012	19.742
Direito de uso de ativos	21.1	11.637	10.636	Outros passivos	11	12.763	-
		767.535	749.608			193.298	256.158
Total do ativo		1.000.170	1.017.348	Patrimônio líquido			
				Capital social	14.1	220.966	220.966
				Ajuste de avaliação patrimonial		1.599	830
				Reservas de lucro	14.2 e 14.3	272.698	289.712
						495.263	511.508
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1.000.170	1.017.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do período	68.976	97.329
Ganho (perda) atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	1.165	1.807
Tributos sobre ganho (perda) atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(396)	(614)
Resultado abrangente do período	69.745	98.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de Lucros		Reserva de retenção de lucros	Dividendos a disposição dos acionistas	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	220.966	(364)	44.193	176.773	126.864	(126.864)	-	568.432
Destinação reserva de retenção	-	-	-	-	126.864	-	-	(126.864)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado atuarial líquido	-	1.193	-	-	-	-	1.193	1.193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	97.329	97.329
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	-	-	(28.563)	(28.563)
Destinação reserva de retenção	-	-	-	-	-	68.746	(68.746)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	220.966	830	44.193	176.773	68.746	68.746	-	511.508
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(68.746)	-	(68.746)
Resultado atuarial líquido	-	769	-	-	-	-	769	769
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.976	68.976
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(17.244)	(17.244)
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	-	-	(51.732)	(51.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	220.966	1.599	44.193	176.773	51.732	51.732	-	495.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		68.976	97.329
Depreciação e amortização	9.3	4.291	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9.3	28.027	32.847
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	30.379	33.509
Perda (ganho) para ajuste de preço nas operações de compra de gás	5	8.505	1.368
Provisão ativo regulatório	6	2.521	4.739
Provisão para contingências		13.658	(423)
Variações monetárias sobre ativo financeiro	13 e 16	382	-
Resultado na baixa do intangível		1.874	2.450
		158.613	190.107
Variações nos ativos e passivos			
Redução de aplicações financeiras		-	-
Redução (aumento) de contas a receber de clientes e outras		(16.178)	44.267
(Aumento) de estoques		80	311
Redução de tributos a recuperar		(31.222)	(4.628)
			24.899
Redução de créditos nas operações de gás		(38.126)	-
Redução (aumento) de depósitos judiciais		(1.063)	9
Redução de despesas antecipadas		11.184	37
(Aumento) de outros ativos		(9.477)	(556)
(Redução) aumento de fornecedores de gás e contas a pagar		5.664	(39.749)
Aumento de impostos a pagar		2.374	32.503
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e encargos sociais		(254)	(409)
Aumento (redução) Pagamento de juros		812	(323)
Aumento de outras contas a pagar		3.591	(2.389)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		85.998	244.745
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(41.619)	(62.577)
Encargos de Debêntures pagos		-	3.388
		44.379	(185.556)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível		(45.709)	(25.357)
Alienação do intangível		-	(2.450)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(45.709)	(27.807)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(93.078)	(398.187)
Pagamento de debêntures	22	(73.750)	(18.437)
Emissão de Debêntures	22	110.000	295.000
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(4.753)	(3.388)
Pagamento de encargos		(1.987)	(10.423)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(63.568)	(135.435)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(64.898)	40.378
No início do período		101.437	61.059
No fim do exercício		36.539	101.437
		(64.898)	40.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receitas			
Venda de produtos e serviços		1.033.593	1.289.823
(-) ICMS - substituição tributária		(2.943)	(4.456)
Outras receitas		36.642	13.466
		1.067.292	1.298.833
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(602.725)	(732.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(23.536)	(20.892)
Outros		(42.638)	(31.587)
		(668.899)	(784.521)
Valor adicionado bruto		398.393	514.312
Depreciação e amortização		(32.318)	(32.847)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	9.3	366.075	481.465
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	23.413	23.230
Valor adicionado total a distribuir		389.488	504.695
Pessoal			
Remuneração direta		29.793	29.822
Benefícios		8.034	7.930
FGTS		4.927	1.800
		42.754	39.552
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		121.065	120.043
Estaduais		119.894	217.532
Municipais		36	29
		240.995	337.604
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, multas e variações monetárias		36.766	30.093
Aluguéis		3)	117
		36.763	30.210
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		17.244	245
Juros sobre o capital próprio		-	28.338
Lucros retidos		51.732	68.746
		68.976	97.329
		389.488	504.695
Valor adicionado distribuído			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") foi constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1698, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal. A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui em 31 de dezembro de 2024, uma rede de distribuição de 903 km e conta com 152 colaboradores.

A Companhia possui contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, datado de 06 de julho de 1994 e, aditado em 26 de dezembro de 2022. No aditamento, o prazo da concessão foi renovado, com fundamento no artigo 16 da Lei Complementar Estadual nº 205, de 17 de dezembro de 2017, e passa a vigor até 06 de julho de 2054.

Em 16 de setembro de 2024 Compass Dois Ltda. concluiu a aquisição de 51% da participação acionária que pertencia à Copel. Com isso, assume o controle acionário da Compagas, ao lado dos acionistas Mitsui, que possui 24,5% das ações, e Commit Gás, com 24,5%.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2025 e sua divulgação será autorizada pelo Conselho de Administração.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, conforme explicado na Nota 2.4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as in-

formações relevantes estão sendo endereçadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 5 - Contas a receber de clientes Nota 6.3 - Compromissos
Nota 7 - Imposto de renda e contribuição social Nota 13 - Provisão para contingências
Nota 16 - Obrigações de benefício pós-emprego Nota 21 - Direito de uso e Passivo de arrendamentos Nota 24 - Ativo Regulatório



2.5 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale/leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sale and leaseback</i> .
IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis	A alteração na norma especifica os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) – Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	As alterações introduzem novos objetivos de divulgação para transações de financiamento de fornecedores (risco sacado) incluindo termos e condições e prazos de recebimento.
IAS 12/ CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e IFRS 09/ CPC 48 – Instrumentos financeiros.	As Alterações trazem ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

2.6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas contábeis recentemente adotadas pela Companhia

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IAS 21/ CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e IFRS 01/ CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.	As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compagás.
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Compagás está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e suas notas explicativas.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	O IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. A Compagás não é elegível para a aplicação do IFRS 19.
IFRS 09/ CPC 48 – Instrumentos financeiros e IFRS 07/ CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação.	As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam que determinados requisitos da norma sejam mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas <i>Environmental, Social and Governance ("ESG")</i> ; e (ii) desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compagás.
IAS 28/ CPC 18 – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização alinha as práticas contábeis do Brasil às internacionais. As alterações não tem impacto nas demonstrações financeiras da Compagás.

3 Principais políticas contábeis

Apresentamos a seguir o conjunto de políticas contábeis, as bases e métodos utilizados na elaboração das demonstrações contábeis.

3.3 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações contábeis apenas para as companhias abertas. A Companhia optou por apresentar essa demonstração no conjunto de suas demonstrações contábeis, por consequência, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

3.4 Ativos e passivos financeiros

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.6 Contas a receber vinculadas à concessão

O contrato de concessão de distribuição de gás canalizado quando atendidos os requisitos contratuais se enquadra no modelo bifurcado, em que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente, o Estado do Paraná, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível. Com a renovação da concessão, o saldo atual de ativo financeiro foi transferido integralmente para o ativo intangível.

3.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu cálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados às operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

3.8 Estoques

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.9 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e inclui o reconhecimento de juros a receber ou a pagar, conforme a legislação vigente e o direito de receber os juros ou a obrigação de pagá-los, respectivamente.

3.10 Créditos nas operações de vendas de gás

Os créditos de aquisição de volumes de gás são registrados pelo custo de aquisição conforme definição entre a Companhia e o fornecedor e são atualizados de acordo com a regra contratual. O volume de gás mínimo não retirado está sujeito a compensação futura.

A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024..

3.11 Ativos financeiros de concessão

Obras em curso para distribuição de gás canalizado as quais serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e na medida em que é recebido o direito (autorização) de cobrar os usuários. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é apresentado no ativo financeiro.

3.12 Ativo de contrato ou intangível em formação

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo

Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço no momento da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

A amortização do intangível leva em consideração o prazo contratual da concessão.

3.13 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

3.14 Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de gás de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

(a) Contratos de concessão são registrados de acordo com o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e, portanto, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato. O ativo financeiro quando apresentado, representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais (intangíveis) são amortizados de acordo a vida útil dos mesmos e o que excede o tempo da concessão, torna-se ativo financeiro.

3.15 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.16 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado da Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecidas provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.18 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. A Companhia efetua o pagamento dos dividendos observando a existência de lucro disponível e após as destinações obrigatórias previstas em lei. Caso haja capacidade financeira de pagamento de dividendos, a Assembleia de Acionistas pode deliberar por um percentual de pagamento superior ao mínimo obrigatório.

3.19 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.20 Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

3.21 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

3.22 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.23 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: há um contrato entre a Companhia e seu cliente com direitos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia;

(ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas;

(iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	1.512	16.556
Aplicações financeiras:		
Fundos de investimento/compromissada	5.616	-
CDBs	29.411	84.881
Total de caixa e equivalentes de caixa	36.539	101.437

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, fundos de investimentos e compromissadas referenciados à taxa DI e distribuídas entre bancos públicos e privados de primeira linha, com remuneração média de 100,30% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2024 é de 10,88% (13,04% em 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Distribuição de gás canalizado	89.328	95.985
Receita não faturada	7.832	-
(-) Perdas estimadas de créditos	(19.929)	(12.792)
Total de contas a receber, líquidas	77.231	83.193
Contas a receber de clientes – curto prazo	77.163	83.180
Contas a receber de clientes – longo prazo	68	13
	77.231	83.193

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão para perdas ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(11.424)	(11.424)
Adições	(8.505)	(1.368)
Baixas	1.368	-
Saldo no fim do exercício	(19.929)	(12.792)

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	67.991	82.798
Vencidos entre 3 e 30 dias	2.426	462
Vencidos entre 31 e 60 dias	441	80
Vencidos entre 61 e 90 dias	383	38
Vencidos entre 91 e 180 dias	5.538	441
Vencidos entre 181 e 360 dias	2.351	400
Vencidos acima de 360 dias	12.222	11.766
Total das contas a receber	97.159	95.985

6. Operações comerciais de gás

6.1 Créditos nas operações comerciais de gás

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (**)	57.750	57.750
Impairment de gás QPNR(Quantidade Paga não Retirada)(**)	(11.153)	(11.153)
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (**)	(46.597)	(46.597)
Total	49.083	28.561
Créditos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (*)	49.083	28.561
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada)	-	(15.725)
Total	49.083	12.835
Ativo circulante	49.083	12.835
Ativo não circulante	-	-

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido, num prazo de até 01 ano após o vencimento do contrato. Este saldo é corrigido trimestralmente atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Companhia estima compensar integralmente os volumes até o final do ano de 2025;

(**) De acordo com o contrato de fornecimento entre Compagas e Araucária Nitrogenados (ANSA), o cliente tem direito de utilizar seu saldo de Quantidade Paga e não Retirada

- QPNR até Dezembro 2020. Originalmente, o cliente planejava utilizar seu saldo de QPNR para as operações ao longo do primeiro semestre de 2020, entretanto a unidade foi hibernada pela Petrobras em fevereiro de 2020. Isso resultou num saldo de QPNR residual (volume de 55.770.890 m³).

Em 2021, diante da falta de consenso entre as partes e da compensação dos créditos de compra de gás efetuada pela Petrobras, no montante de R\$ 11.153, foi constituída provisão deste valor até o desfecho das discussões no âmbito da câmara de arbitragem.

6.2 Débitos nas operações comerciais de gás

	31/12/2024	31/12/2023
Débitos de gás QPNR (Quantidade Paga não Retirada) (**)	643	-
Total	643	-
Passivo não circulante	643	-

(**)Referem-se a contratos de venda de gás junto à Clientes, relativo à venda de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, incluindo cláusula de compensação futura. Os clientes possuem o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido de acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo.

6.3 Compromissos com contratos de fornecimento

A Companhia possui contrato de fornecimento de gás com a Petrobras S.A., com garantia de disponibilidade de volume diário, conforme tabela

Período	Quantidade Diária Contratual (m ³ /Dia)	Contrato
01/01/2023 até 31/12/2024	400.000	NMG 2022-2025
01/01/2024 até 31/12/2025	330.000	NMG 2022-2025
01/01/2025 até 31/12/2032	100.000	NMG 2024-2032
01/01/2024 até 31/12/2034	339.000	NMG 2024-2034
01/01/2025 até 31/12/2025	409.000	NMG 2024-2034
01/01/2026 até 31/12/2034	339.000	NMG 2024-2034
01/01/2026 até 31/12/2034	134.000	NMG 2026-2034

O compromisso financeiro total dos contratos, descontado a valor presente é estimado em R\$ 5.005.832, cujo valor inclui o mínimo estabelecido nos contratos tanto em commodities quanto em transporte, líquidos de impostos. A Companhia apenas divulga este valor sem registro contábil. Estas condições podem ser repactuadas caso o cenário se altere em razão de aspectos de mercado e sob concordância das partes.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS a compensar (a)	38.949	-
IRPJ a compensar	1.892	28.055
CSSL a compensar	2.185	16.608
PIS a compensar	5.924	8
IRRF a compensar	1.205	4.111
Total dos impostos a recuperar	50.155	48.782
Ativo circulante	50.155	48.782

(a)PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019, transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS (valor destacado em nota fiscal) da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Cofins a compensar R\$ 33.368 Cofins a recuperar mand



9. Ativos de concessão - ativo de contrato e ativo intangível

9.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 / ICPC 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo: (a) Parcela dos investimentos não amortizada até o término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um Ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores. O valor das obras em curso referente ao ativo intangível em formação são classificados como Ativos de contrato de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1). Abaixo os saldos de ativos da concessão.

	Custo	Amortização	Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Ativo intangível	1.081.639	(399.428)	682.211	694.860	694.860
Ativo de contrato	72.496	-	72.496	44.039	44.039
Total do ativo de concessão	1.154.135	(399.428)	754.707	738.899	738.899

9.2 Ativo intangível e de contrato - composição

Com a renovação antecipada da concessão por mais 30 anos até a data de 06/07/2054, foi reconhecido na categoria de concessões governamentais, no grupo do intangível, o valor da Base Regulatória Inicial - BRRL de R\$ 647.762. O montante registrado da BRRL como ativo intangível, de acordo com ICPC 01 (R1) será amortizado a partir da renovação da concessão, pela expectativa de vida útil do ativo, limitado ao prazo final da concessão.

Movimentações - 2024

	Vida útil em anos	Saldo em 31/12/2023	Adições	baixas	Saldo em 31/12/2024
Transferências					
Concessões governamentais	30	647.762	-	-	647.762
Gasodutos	30	333.856	-	(809)	333.856
Equip. operação gasoduto	10	61.172	-	(56.840)	4.182
Veículos	10	1.271	-	(362)	918
Máquinas, Aparelhos e equipamentos	10	1.311	-	1.195	2.506
Equip. de informática	10	5.534	-	2.544	8.066
Softwares	10	14.525	-	2.801	17.326
Móveis e utensílios	10	1.881	-	1.753	3.612
Beneficiárias em bens de terceiros	10	97	-	5.119	5.216
Outros	10	20	-	-	92
Amortização acumulada		372.570	(28.027)	722	448
Total do ativo intangível		694.859	(28.027)	16.374	(995)
Ativo de contrato (*)		44.039	45.709	(16.374)	(878)
Total do ativo intangível e de contrato		738.898	17.682	(1.873)	754.707

Movimentações - 2023

	Vida útil em anos	Saldo em 31/12/2022	Adições	baixas	Saldo em 31/12/2023
Transferências					
Concessões governamentais	30	647.762	-	-	647.762
Gasodutos	30	333.129	(5.207)	6.743	(809)
Equip. operação gasoduto	10	56.094	5.078	-	61.172
Veículos	10	1.271	-	-	1.271
Máquinas, Aparelhos e equipamentos	10	41	1.270	-	1.311
Equip. de informática	10	5.196	552	(214)	5.534
Softwares	10	11.467	3.058	-	14.525
Móveis e utensílios	10	1.953	-	(72)	1.881
Beneficiárias em bens de	10	56	41	-	97
Outros	10	20	-	-	20
Amortização acumulada		(344.024)	(29.460)	914	372.570
Total do ativo intangível		712.965	(24.668)	6.743	(181)
Ativo de contrato (*)		30.037	20.745	(6.743)	44.039
Total do ativo intangível e de contrato		743.002	(3.923)	(181)	738.898

(*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICPC01 (R1)

10. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de gás	55.426	52.295
Fornecedores de materiais e serviços no país	8.247	5.715
Total fornecedores	63.673	58.010

11. Impostos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	4.131	40.990
COFINS	7.173	1.273
Contribuição social sobre o lucro	1.524	15.414
ICMS	2.712	7.656
PIS	270	1.555
Imposto de renda retido na fonte	1.169	5.178
Outros (***)	18.530	-
Total	36.794	70.780
Ativo circulante	24.031	70.780
Ativo não circulante	12.763	-
Total	36.794	70.780

***Em 01/04/2024 a Companhia aderiu ao parcelamento incentivado de impostos relativos aos débitos de IRPJ e CSLL com o pagamento de 50% a vista e o saldo a pagar em 48 parcelas atualizadas pela selic.

12. Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e 13. salário	3.329	3.865
Salários a pagar	3.401	3.704
INSS	1.331	717
FGTS	223	253
Total	8.284	8.538

13. Provisão para contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

13.1 Ações com risco de perda avaliadas como prováveis

Natureza	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Cíveis (a)	16.036	-	(24)	16.012
Trabalhistas (b)	395	347	-	742
Total	16.431	347	(24)	16.754

Cíveis

Refere-se substancialmente a disputa em câmara arbitral com a Fundação Copel referente a reajustes e rescisão de contrato de aluguel pela Compagas no ano de 2015.

Trabalhistas

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício por empregados terceirizados e verbas de natureza salarial.

13.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (a)	101.885	296.110
Fiscais (b)	21.870	1.646
Trabalhistas (c)	4.528	1.254
Valor líquido das estimativas para litígios R\$	128.283	299.010

Cíveis

A Companhia é partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) direito de uso ou passagem, dentre outras questões.

Fiscais

Estão relacionadas a exigência dos tributos IRPJ e CSLL.

Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos; adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 220.966 (R\$ 220.966 em 31 de dezembro de 2023) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 6,58, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.

Em 16/09/2024 a Compas concluiu a aquisição de 51% da participação acionária que pertencia à Copel. Com isso, assume o controle acionário da Compagas, ao lado dos acionistas Mitsui, que possui 24,5% das ações, e Comitê Gás, com 24,5%.

Composição acionária	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Compas Dois Ltda.	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Comitê Gás S.A.	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Totais	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

14.2 Reserva legal

O Estatuto Social prevê que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

	31/12/2024	31/12/2023
Capital social	220.966	220.966
Reserva legal	44.193	44.193
Percentual da reserva legal constituída	20,0%	20,0%

14.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

	31/12/2024	31/12/2023
Capital social	220.966	220.966
Reserva de retenção de lucros	176.773	176.773
Reserva legal	44.193	44.193
Total	441.932	441.932

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Quando este limite é atingido, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 67), é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	68.976	97.329
Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para os dividendos e JCP	68.976	97.329
Dividendos propostos pela Administração:		
Dividendos	17.244	245
Juros sobre capital próprio-JCP	-	28.338
(-) IRRF - JCP	-	(4.251)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17.244	24.332
Participação do dividendo no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

14.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básicos e diluído por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia	68.976	97.329
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação	2,05	2,90

Companhia Paranaense de Gás - Compagas

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

15. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parte relacionada / natureza da operação						
Entidades com influência significativa						
Compass Dois Ltda.	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	8.794	-	-	-
Comitê Gás S.A.	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	4.225	5.961	-	(2.356)
Reembolso de salários (*)	-	-	152	164	(521)	(740)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	4.225	5.961	-	(2.356)
Reembolso de salários (*)	-	-	115	164	(625)	(753)

* Reembolso de salários de administradores dos acionistas.

15.1 Remuneração dos Administradores

A ata da 145ª Assembleia Geral Ordinária de 05 de abril de 2024 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R\$ 3.435 para o ano de 2024 (R\$ 3.632 em 2023), sendo R\$ 2.476 de honorários e R\$ 959 de encargos.

16. Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos: Plano de Benefício Previdenciário e Plano de Benefício Assistencial.

16.1 Plano de benefício Previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. No ano de 2024 foi reconhecido como despesa R\$2.134 no resultado.

O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2024, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido, uma vez que o plano estava superavaliado.

Os principais riscos atuariais são sobrevida e aumentos salariais acima do projetado.

Composição dos ativos e passivos atuariais

	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais	(32.603)
Valor justo dos ativos	15.995
Superávit (déficit)	26.439
(Ativo) / passivo atuarial líquido (Superávit) apurado	(9.831)

16.2 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

Os principais riscos atuariais são sobrevida e aumento da inflação médica acima do projetado.

16.3 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações do plano benefício definido em 1º de janeiro	8.608	9.294
Custo do serviço corrente	316	1.353
Juros	907	-
Benefícios pagos	-	(232)
(Ganho)/perda atuarial	(1.165)	(1.807)
Total	8.666	8.608

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Plano de assistência saúde (Ganho atuarial)	(1.165)	(1.807)
Impostos diferidos	396	614
Total	(769)	(1.193)

Premissas financeiras

Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,44 %
Projeção de aumentos médios dos salários	1,00%
Projeção de aumentos médios dos benefícios	Nula
Taxa média de inflação anual	4,96%
HCCTFR - Health Care Cost Trend Rate	3%
Aging Factor	18,40



gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível, diluindo assim o risco de inadimplência.

23.3 Risco de Mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível.

23.4 Risco cambial

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobrás. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A partir de 01 de fevereiro de 2021, entrou em vigor a Resolução nº 028/2022 instituída pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná, que dispõe sobre o mecanismo de recuperação das variações do preço do gás e do transporte, sendo que a exposição seria trimestral, conforme as datas dos reajustes ordinários de periodicidade semestral. A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Exposição Líquida
Fornecedores	-	63.673	63.673
Aquisição de gás	-	63.673	63.673

	31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Exposição Líquida
Fornecedores	-	58.010	58.010
Aquisição de gás	-	58.010	58.010

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos. A Companhia não opera com derivativos.

23.5 Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nestas demonstrações contábeis até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

31 de dezembro de 2024		Mais de dois e até cinco anos		Total
Instrumentos financeiros não derivativos				
	Até um ano			
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	36.539	-	-	36.539
Clientes	77.163	-	-	77.163
Total ativo	113.702			113.702
Passivo				
Debêntures	189.559	128.906	-	318.465
Fornecedores	63.673	-	-	63.673
Total passivo	253.232	128.906		382.138

31 de dezembro de 2023		Mais de dois e até cinco anos		Total
Instrumentos financeiros não derivativos				
	Até um ano			
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	101.437	-	-	101.437
Clientes	83.193	-	-	83.193
Total ativo	184.630			184.630
Passivo				
Debêntures	81.797	202.405	-	284.203
Fornecedores	58.010	-	-	58.010
Total passivo	139.807	202.405		342.213

24. Ativo Regulatório

O ativo regulatório é composto pelas contas gráficas cuja finalidade é de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia em função de diferenças positivas ou negativas, referentes ao preço do gás e/ou diferença de margem, entre os preços contidos nas tarifas de fornecimento aplicadas aos faturamentos mensais dos consumidores, pela prestação do serviço de distribuição, e aqueles faturados pelos fornecedores à concessionária, de acordo com os Contratos de Suprimento, sendo que os saldos da conta gráfica são corrigidos mensalmente pela variação da Taxa Selic, ou da taxa definida em resolução da AGEPAR. Os valores que compõem este saldo foram calculados de acordo com as premissas determinadas nas resoluções AGEPAR 028/2022 e 004/2022 e foram objeto de revisão pelo órgão regulador. Sua recuperação é determinada pelo órgão regulador por ocasião da atualização da tarifa, que ocorre ordinariamente no aniversário da concessão ou extraordinariamente, mediante negociação entre a Companhia e a AGEPAR.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo regulatório		
Resolução AGEPAR 028/2022	1.268	12.452
Resolução AGEPAR 004/2022	2.085	2.085
Total do ativo regulatório	3.353	14.537

25. Seguros

A Companhia mantém política de contratação de cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais

compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Responsabilidade civil e danos materiais	26/04/2025	300
Riscos operacionais	28/08/2025	10.000
Responsabilidade civil	08/04/2025	20.000
Responsabilidade civil e danos materiais	20/06/2025	25.000

26. Eventos subsequentes

Em 23 de dezembro de 2024, na 150ª reunião da Assembléia Geral dos acionistas da Compagas, foi aprovada a oferta pública da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única. A emissão foi efetuada em 10/01/2025 no montante total de R\$ 410.000.000,00, com incidência de juros correspondentes a variação acumulada das taxas médias diárias do DI mais um spread de 0,50% a.a. e com vencimento do principal e dos juros em 07 de janeiro de 2027, para pagamento em parcela única na data do vencimento. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados para o resgate facultativo total da 4ª emissão de debêntures e para a gestão ordinária dos negócios da companhia.

Conselho de Administração

Antonio Simões Rodrigues Junior
Presidente

Eudis Furtado Filho
Conselheiro

Ivan Szabelim de Souza
Conselheiro

Marcelo Xavier Leite
Conselheiro

Rafael Antonio Bettini Gomes
Conselheiro

Renato Aparecido Fontalva
Conselheiro

Ricardo Nogueira Dias
Conselheiro

Vitor Calanzani Baroni
Conselheiro

Diretoria Executiva

Rafael Lamastra Junior
Diretor Presidente

Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa
Diretor de Administração e Finanças

Silvio Delboni
Diretor Técnico Comercial

Contador

Marcelo Pereira da Silva
CRC-PR-34803/O-0

Parecer do Conselho Fiscal da Compagas - Exercício 2024

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, que compreendem: o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, aprovados na 271ª Reunião do Conselho de Administração da Compagas, de 18/02/2025. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório do Auditor da Empresa BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do relatório anual da Administração e das demonstrações financeiras, estando em condições de serem encaminhados à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Compagas

Patrícia Pedroza Gonçalves de Souza - Marcelo Vieira Werneck - Paulo Roberto Belem Junior

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Paranaense de Gás - Compagas** Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paranaense de Gás - Compagas** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Reconhecimento de receita não faturada A Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"). Isto em razão de que, muitas vezes o ciclo de leitura não coincide com os fechamentos mensais e a Companhia adota estimativas baseadas, principalmente, em média de consumo obtida na última leitura dos medidores a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas

demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e às divulgações correspondentes são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contrato de Concessão - Ativos financeiros de construção/Ativo intangível

Conforme mencionado na Notas Explicativas nºs 3.11 e 3.12, a Companhia possui registrado como "Ativo de Contrato" os valores decorrentes de gastos com obras para a distribuição de gás canalizado e transfere para "Ativo Intangível" no momento em que as obras entram em operação. Os valores do ativo intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos ativos financeiros contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido a esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável ("impairment") desses ativos com base em informações internas as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas e testes para entender critérios de classificação entre ativos de contrato e ativos intangíveis; (ii) entendimento do contrato de renovação da concessão entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) Para as obras em curso durante o exercício, efetuamos a inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionados aos ativos. Tais procedimentos visaram suportar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível impairment dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a realização e recuperação dos recebíveis do agronegócio, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

§ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

§ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

§ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2025.
BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
 CRC 2 PR 006853/F-9
 Marisa Bernardino de Albuquerque - Contador CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR

BEM PARANÁ

Informação vai bem.